

EDITAL DE 1º, 2º E 3º LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL (LEI N.º 11.101/2005, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 14.112/2020, E CPC – LEI N.º 13.105/2015). PROCESSO: 0129526-95.2006.805.0001 – 2ª VARA EMPRESARIAL DE SALVADOR/BA. BAHIA PET LTDA, ROBERTO CARLOS FERREIRA DE SOUZA, LUIZ ANTONIO CARVALHO ZANON, COELBA CIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA.

Jonas Leiloeiro Antunes Moreira, JUCEB - 21/8919360, Leiloeiro Público Oficial, nomeado por este juízo, faz ciência aos interessados, exequentes, executados/devedores, que no processo indicado leiloará os bens discriminados, pelo maior lance, em leilão público a ser realizado por meio eletrônico.

1. DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO:

1.1. Data/Horário: **1º leilão 03/03/2026 às 10:15, 2º leilão 23/03/2026 às 10:15 e 3º leilão 06/04/2026 às 10:15**, com encerramento sequencial. Os bens que não receberem ofertas ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances, através da plataforma www.jonasleiloeiro.com.br.

1.2. No primeiro leilão os bens não poderão ser vendidos por valor inferior ao da avaliação. Caso o bem não seja arrematado em 1º leilão por valor igual ou superior ao valor da avaliação, será realizado 2º leilão, nas datas indicadas nos itens 1.1 ou 1.3, com desconto nos valores descritos no item 2. Nos termos do art. 142, §3º-A, III, da Lei 11.101/2005 com redação dada pela Lei 14.112/2020, será admitida alienação por qualquer preço em terceira tentativa, desde que transcorridos 15 dias da realização do segundo leilão e comprovada a inexistência de proposta válida. A alienação por qualquer preço deve observar a proteção ao interesse dos credores e autorização judicial, caso contrário, pode ser impugnada.

1.3. Caso não haja expediente forense nas datas indicadas nos itens 1.1 e 1.3, o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local.

1.4. Além disso, os leilões estarão destacados no portal da MGL (www.mgl.com.br) e no portal da SOLD (www.sold.com.br) garantindo maior publicidade e facilitando o acesso aos interessados.

2. DESCRIÇÃO E VALOR DO BEM:

1.5. **Bem(ns): JB0004633** – Terreno área total 7.405,00m² com 2 galpões no subdistrito Pirajá. **DESCRIÇÃO:** Trata-se de um terreno com área de 7.405,00m² situado na Rua Somália, s/n Lote 03, loteamento Granjas Rurais Presidente Vargas, subdistrito de Pirajá, Salvador/BA, onde possui dois galpões com área de construção 2.550,00m², sendo o primeiro com área de 1.500,00m² e o segundo com área de 1.050,00m², conforme registrado na matrícula nº 78732 do CRI de Salvador/BA. Conforme laudo de avaliação em ID528390068 a 528390083. **Lance mínimo em primeiro leilão 100% da avaliação:** R\$4.634.000,00 (quatro milhões e seiscentos e trinta e quatro mil reais). **Lance mínimo em segundo leilão 50% da avaliação:** R\$2.317.000,00 (dois milhões e trezentos e dezessete mil reais).

3. ÔNUS:

- 3.1. R2-M78732 – Hipoteca de 1º grau em favor Banco do Nordeste do Brasil S/A.
- 3.2. R3-M78732 – Hipoteca de 2º grau em favor Banco do Nordeste do Brasil S/A.
- 3.3. R4-M78732 – Penhora nos autos nº 000021-27-2011-05-0001.
- 3.4. R6-M78732 – Penhora nos autos nº 0061176-16.2010.8.05.001.
- 3.5. AV07-M78732 – Penhora nos autos nº 0000399-44.2011.5.05.0013.
- 3.6. AV08-M78732 – Penhora nos autos nº 0000394-19.2011.5.05.0014.
- 3.7. R9-M78732 – Penhora nos autos nº 0001103-76.2015.5.05.00026.
- 3.8. AV13-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0014500-83.2007.5.05.0027.
- 3.9. AV14-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0128400-10.2008.5.05.0027.
- 3.10. AV15-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000589-55.2016.5.05.0102.
- 3.11. AV16-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000983-62.2016.5.05.0102.
- 3.12. AV17-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000279-20.2010.5.05.0018.
- 3.13. AV18-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000607-76.2016.5.05.0102.
- 3.14. AV19-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0067500-69.2009.5.05.0013.

- 3.15. AV20-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0090300-13.2008.5.05.0018.
- 3.16. AV21-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000734-45.2016.5.05.0027.
- 3.17. AV22-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000888-09.2011.5.05.0037.
- 3.18. AV23-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0001550-93.2016.5.05.0102.
- 3.19. AV24-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0067500-69.2009.5.05.0013.
- 3.20. AV25-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0001002-48.2010.5.05.0015.
- 3.21. AV26-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0027500-18.2009.5.05.0016.
- 3.22. AV27-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000396-43.2016.5.05.0101.
- 3.23. AV28-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000090-37.2015.5.05.0102.
- 3.24. AV29-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0010187-70.2015.5.05.0101.
- 3.25. AV30-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000563-26.2017.5.05.0101.
- 3.26. AV31-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000032-72.2011.5.05.0033.
- 3.27. AV32-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0090300-13.2008.5.05.0018.
- 3.28. AV33-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0020900-90.2009.5.05.0012.
- 3.29. AV34-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0001002-48.2010.5.05.0015.
- 3.30. AV35-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0090300-13.2008.5.05.0018.
- 3.31. AV36-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000397-23.2011.5.05.0030.
- 3.32. AV37-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0031711-53.2006.8.16.0014.
- 3.33. AV38-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000856-93.2017.5.05.0101.
- 3.34. AV39-M78732 – Indisponibilidade de bens nos autos nº 0000564-11.2017.5.05.0101.
- 3.35. Eventuais débitos de IPTU poderão ser sub-rogados no preço da arrematação conforme Art. 130 do CTN – Lei 5172/66. As dívidas condominiais possuem caráter *propter rem*. O arrematante não se sub-rogará nas obrigações do devedor, inclusive de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária ou trabalhista, nos termos do art. 141, § 1º, da Lei nº 11.101/2005, com redação dada pela Lei nº 14.112/2020.
- 3.36. Compete ao arrematante diligenciar pela regularização do bem junto aos órgãos responsáveis por tais ônus.
- 3.37. Caso as benfeitorias informadas no auto de avaliação não estejam averbadas na matrícula do imóvel, caberá ao arrematante sua regularização.

4. ENDEREÇO DE VISITAÇÃO:

- 4.1. A visitação dos bens deverá ocorrer antes do leilão no endereço descrito no item 2. As fotos divulgadas no site são ilustrativas. Toda e qualquer decisão de compra não deve se basear nas fotos divulgadas, mas sim, na realização de visita presencial ao bem.

5. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 5.1. Será considerado vencedor o maior lance ofertado, observado o lance mínimo.
- 5.2. **LANCE À VISTA:** A arrematação à vista deverá ser paga por meio de guia de depósito judicial, no prazo de 24 horas, contadas da data do leilão. Alternativamente será considerado lance a vista, o pagamento por meio de depósito judicial de 25% do valor da arrematação em 24 horas e os 75% restante no prazo de 15 dias, sujeito a caução a critério do juiz competente.
- 5.3. **LANCE PARCELADO:** O parcelamento está condicionado à anuência judicial, nos termos do art. 142, § 3º-B da Lei nº 11.101/2005.
- 5.4. O arrematante deverá em até 24 horas enviar os comprovantes para o leiloeiro, pelo e-mail faturamentojudicial@jonasleiloeiro.com.br ou pelo WhatsApp 0800 242 2218. No contato via WhatsApp, deverá informar seu nome completo (preferencialmente já encaminhando também o número do JB), selecionar a opção “Comprei, quero ajuda”, em seguida “Judicial” e, por fim, “Pagamento”, para que os documentos sejam devidamente juntados aos autos do processo.

6. INADIMPLÊNCIA:

- 6.1. O arrematante deverá cumprir os prazos e condições do item 5. Caso o arrematante não honre com o

valor do lance no prazo e condições previstas, o lance será considerado inválido, ficando o arrematante sujeito às penalidades previstas em lei e edital.

6.2. No caso de inadimplência serão chamados sucessivamente os demais ofertantes, em ordem decrescente de lances.

6.3. Em caso de inadimplência ou desistência, caberá ao arrematante a multa de 20% (vinte por cento) sobre o lance ofertado, em favor da execução, e 5% (cinco por cento) sobre o lance ofertado a título de comissão do leiloeiro.

6.4. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, conforme o art. 895 e seus parágrafos da Lei 13.105/2015.

6.5. A comissão do leiloeiro será devida integralmente, mesmo no caso de inadimplemento, conforme jurisprudência consolidada e o disposto neste edital.

6.6. Ainda, no caso de inadimplemento ou desistência da arrematação, por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão do Leiloeiro. Na hipótese de não pagamento da comissão, mesmo que aproveitado o lance subsequente, o Leiloeiro poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos, ou ainda, levar o título (auto de arrematação) a protesto perante o Cartório competente.

7. LANCES PELA INTERNET:

7.1. O interessado deverá efetuar cadastro no site, previamente ao leilão, e se habilitar para participação conforme as diretrizes solicitadas.

7.2. No ato do cadastramento, o usuário do site concorda com os termos de uso da plataforma, não podendo posteriormente alegar desconhecimento. A simples participação no leilão implica a declaração tácita de pleno conhecimento e aceitação das condições estipuladas no presente edital.

7.3. A assinatura do leiloeiro na certidão positiva suprirá a assinatura do arrematante prevista no auto de arrematação, conforme concordância anterior aos termos de uso do site.

7.4. Os dados fornecidos no ato do cadastro são protegidos conforme Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e criptografados.

7.5. Não é permitido que usuário do site compartilhe dados de *login* e senha com terceiros e será de total responsabilidade do usuário quaisquer lances ofertados utilizando seus dados.

7.6. O leiloeiro não se responsabilizará por quaisquer ocorrências e falhas em equipamentos, tais como, quedas ou falhas no sistema de conexão de internet, energia, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências. O usuário assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito.

7.7. Em caso de impossibilidade de participação online por quaisquer motivos, a equipe técnica estará à disposição para suporte físico no seguinte endereço: Rua Idalina Dornas, n.º 13, Bairro Universitário, Itaúna/MG, mediante agendamento através do telefone 0800 242 2218.

7.8. Uma vez aprovado o cadastro na plataforma do Leiloeiro, o usuário é responsável pela sua administração e por todas as ofertas registradas em seu login, estando ciente de que os lances ofertados não poderão ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese, haja vista serem irrevogáveis e irretroatáveis.

7.9. Poderá o Leiloeiro Oficial alterar a ordem dos lotes leiloados, não ficando sujeita a sequência contida no Edital.

7.10. A oferta de lances implica no aceite do ofertante ao presente edital. Em nenhuma hipótese serão aceitas alegações de desconhecimento das cláusulas e condições deste Edital para eximirem-se das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal, na forma do artigo 358 do Código Penal Brasileiro.

8. TAXA DE LEILÃO: Em caso de arrematação, 5% sobre o valor da arrematação, bem como taxa administrativa no valor de R\$276,00 (duzentos e setenta e seis reais), a serem pagas pelo arrematante. Em caso de adjudicação, 2% sobre o valor atualizado da avaliação, a ser paga pelo adjudicante. Em caso de remição ou acordo, 2% sobre o valor atualizado da avaliação, a ser pago pelo executado. Na hipótese do bem ser arrematado, pelo exequente, será devida a comissão no percentual de 5% sobre o valor da arrematação. A comissão deverá ser integralmente paga no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, mediante depósito em conta do leiloeiro, *pix* ou boleto bancário.

9. INFORMAÇÕES: Através da plataforma eletrônica, pelo e-mail atendimento@jonasleiloeiro.com.br, pelo telefone e WhatsApp 0800 242 2218. No atendimento via WhatsApp, caso o interessado ainda não possua cadastro no site, deverá selecionar a opção “Falar sobre cadastro”; se já for cadastrado, deverá selecionar a opção “Quero comprar” e, em seguida, o bem de seu interesse.

CONDIÇÕES GERAIS: Estão sujeitos à análise do juízo a homologação do lance, bem como a posterior expedição da carta de arrematação, da ordem de entrega e/ou do mandado de imissão na posse. Ficará a cargo do arrematante, quando intimado pelo juízo, o pagamento das custas para expedição da Carta de Arrematação e Mandado de Imissão na Posse. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia, não incidindo o Código de Defesa do Consumidor sobre a alienação efetivada. Caberá ao arrematante tomar as providências quanto a expedição da carta de arrematação bem como arcar com as providências de registro e imissão na posse/ordem de entrega. O Leiloeiro não é responsável pela expedição da Carta/Auto de Arrematação e determinação de retirada de eventuais ônus, visto que é de competência exclusiva do Poder Judiciário tais atribuições, cabendo ao arrematante diligenciar para que sejam efetivadas. O arrematante fica ciente que deverá arcar com os custos de anotação, registro, hipoteca, eventual regularização bem como eventuais custos para os procedimentos citados, se houver.

Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os interessados e, principalmente, os executados, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem. Requerente: ROBERTO CARLOS FERREIRA DE SOUZA, LUIZ ANTONIO CARVALHO ZANON, Bahia Pet Ltda. Advogado do autor: RENATO DE LUIZI JUNIOR, HERNANI LOPES DE SA NETO. Requerido: Coelba Cia de Eletricidade do Estado da Bahia. Advogado do réu: LUCIANA DE SOUZA REIS, LUCAS DE HOLANDA CAVALCANTI CARVALHO. O edital será publicado na rede mundial de computadores, no site www.jonasleiloeiro.com.br, conforme o disposto no art. 887, § 2º, do CPC. Caso o exequente e/ou executado não sejam notificados, cientificados e/ou intimados, por qualquer razão, das datas dos leilões, valerá o presente como edital de intimação de leilão conforme art. 889 § único do CPC. O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, auxiliar do juízo. Ficando eximido de eventuais responsabilidades por vícios ou defeitos ocultos que possam existir, relativamente aos bens alienados, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está conforme a resolução n.º 236 de 13/07/2016 do CNJ.

05 de fevereiro de 2026.

LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL